SUMÁRIO

Primeira Parte DOS CONCEITOS E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Título I DO DIREITO CONSTITUCIONAL E DA CONSTITUIÇÃO

Capítulo I

Do Direito Constitucional

3.	Conteúdo científico	3
	Capítulo II	
	Da Constituição	
	CONCEITO, OBJETO E ELEMENTOS	
1.	Conceito de constituição	3
2.	Concepções sobre as constituições	3
3.	Classificação das constituições	4
4.	Objeto e conteúdo das constituições	4
5.	Elementos das constituições	4
II.	SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO	
6.	Rigidez e supremacia constitucional	4
7.	Supremacia material e supremacia formal	4
	Supremacia da Constituição Federal	
III.	CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	
9.	Inconstitucionalidades	4
	Inconstitucionalidade por ação	
11.	Inconstitucionalidade por omissão	4
12.	Sistemas de controle de constitucionalidade	4
	Critérios e modos de exercício do controle jurisdicional	
14.	Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade	5
15.	Efeitos da declaração de inconstitucionalidade	5
IV.	AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE	
	A questão constitucional	5
	1	

18.	Finalidade e objeto da ação declaratória de constitucionalidade Legitimação e competência para a ação Efeitos da decisão da ação declaratória de constitucionalidade	59
V. 20. 21. 22. 23.	EMENDA À CONSTITUIÇÃO Terminologia e conceito	61 63 64
	Capítulo III Da Evolução Político-Constitucional do Brasil	
1.	FASE COLONIAL Capitanias hereditárias	69
3. 4.	Governadores-gerais	70 72
6. 7. 8. 9. 10. 11.	FASE MONÁRQUICA Brasil, Reino Unido a Portugal Influência das novas teorias políticas e o movimento constitucional A Independência e o problema da unidade nacional A Constituição imperial Centralização monárquica Mecanismo político do poder central Os liberais e o ideal federalista Vitória das forças republicano-federalistas	73 74 75 76 76
14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23.	FASE REPUBLICANA Organização do regime republicano A Constituição de 1891 A Revolução de 1930 e a questão social A Constituição de 1934 e a ordem econômica e social O Estado Novo Redemocratização do país e a Constituição de 1946 Regime dos Atos Institucionais A Constituição de 1967 e sua Emenda 1 A Nova República e a Constituição de 1988 Emendas constitucionais O plebiscito e a revisão constitucional	78 81 82 83 86 86 88
	Título II DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	
	Capítulo I Dos Princípios Constitucionais	

SUMÁRIO

3.	Conceito e conteúdo dos princípios fundamentais	97
4.	Princípios fundamentais e princípios gerais do Direito Constitucional	99
5.	Função e relevância dos princípios fundamentais	99
	• •	
	Capítulo II	
	Dos Princípios Constitucionais do Estado Brasileiro	
I.	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
	O País e o Estado brasileiros	101
	Território e forma de Estado	
3.	Estado Federal: forma do Estado brasileiro	103
	Forma de Governo: a República	
5.	Fundamentos do Estado brasileiro	108
6.	Objetivos fundamentais do Estado brasileiro	109
	PODER E DIVISÃO DE PODERES	
7.	O princípio da divisão de poderes	110
8.	Poder político	110
9.	Governo e distinção de funções do poder	111
10.	Divisão de poderes	112
11.	Independência e harmonia entre os poderes	113
12.	Exceções ao princípio	115
Ш	O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	
	Democracia e Estado de Direito	116
	Estado de Direito	
	Estado Social de Direito	
	O Estado Democrático	
	Caracterização do Estado Democrático de Direito	
	A lei no Estado Democrático de Direito	
	Princípios e tarefa do Estado Democrático de Direito	
	-	
	Capítulo III	
	Do Princípio Democrático e Garantia dos Direitos Fundamentais	
	REGIME POLÍTICO	
1.	Conceito de regime político	127
2.	Regime político brasileiro	129
11	DEMOCRACIA	
	Conceito de democracia	120
	Pressupostos da democracia	
	Princípios e valores da democracia	

6. O poder democrático e as qualificações da democracia 137
7. Conceito de povo e democracia 138
8. Exercício do poder democrático 140
9. Democracia representativa 141
10. O mandato político representativo 142
11. Democracia participativa 145
12. Democracia pluralista 147
13. Democracia e direito constitucional brasileiro 149

7.

SECUNDA PARTE

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

	THUL	JΙ	
A	DECLARAÇÃO	DE	DIREITOS

Capítulo I

Formação Histórica das Declarações de Direitos

1.	Generalidades	153	3
2	Antecedentes das declarações de direitos	15	3

..... 155

...... 165

2.	Antecedentes das declarações de dire	itos	
3.	Cartas e declarações inglesas		

£	Afficeedefiles das declarações de diferios
3.	Cartas e declarações inglesas
	A Doclaração do Virginia

4.	A Declaração de Virgínia	157
	A Declaração Norte-Americana	
	A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão	
	A Declaração do Povo Trabalhador e Explorado	163

	Ti becining to to to titibulitation e 25 protuction
8.	Universalização das declarações de direitos
9.	Declaração de direitos nas constituições contemporâneas

10.	Declaração de direitos i	nas constituições	brasileiras
		Canítulo II	

Capítulo II	
Teoria dos Direitos Fundamentais do Hom	em

Сиришо п
Teoria dos Direitos Fundamentais do Homem

	leofia aos Difeitos Funaamentais ao flomem	
ı		
1.	Inspiração e fundamentação dos direitos fundamentais	176
2	Forma das declarações de direitos	179

3.	Conceito de direitos fundamentais	179
4.	Natureza e eficácia das normas sobre direitos fundamentais	183
5.	Caracteres dos direitos fundamentais	184

Classificação dos direitos fundamentais	186
Integração das categorias de direitos fundamentais	
Direitos e garantias dos direitos	189

	· ·
	Tírulo II
DOS DI	DEITOS E DEVEDES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Capítulo I

Fundamentos	Constitucionais

1	Conceito de direito individual	

1.	Conceito de direito individual	193
2.	Destinatários dos direitos e garantias individuais	194
	CO 10 - 10 - 10 - 12 - 14 - 15 - 15 - 15 - 15 - 15 - 15 - 15	10/

3 .	Classificação dos direitos individuais
4.	Direitos coletivos
5	Dayares individuais a colotivas

 . Develes marviada	5 C COICH VO	·	
	_		
	Can	ítulo II	

Do Direito à Vida e do Direito à Privacidade I. DIREITO À VIDA

no	ob	jeto

3.	Direito à integridade física	
4.	Direito à integridade moral	
	Pena de morte	
	Eutanásia 205	
	Aborto 206	
8.	Tortura	
0.	1011414	
II.	DIREITO À PRIVACIDADE	
	Conceito e conteúdo	
	Intimidade	
11.	Vida privada	
	Honra e imagem das pessoas	
13.	Privacidade e informática	
14.	Violação à privacidade e indenização213	
	Capítulo III	
	Direito de Igualdade	
	Introdução ao tema	:
2.	Igualdade, desigualdade e justiça215	
3.	Isonomia formal e isonomia material217	
4.	O sentido da expressão "igualdade perante a lei"218	1
5.	Igualdade de homens e mulheres220	}
6.	O princípio da igualdade jurisdicional221	
7.	Igualdade perante a tributação224	:
8.	Igualdade perante a lei penal225	١
9.	Igualdade "sem distinção de qualquer natureza"226	
10.	Igualdade "sem distinção de sexo e de orientação sexual"	
11.	Igualdade "sem distinção de origem, cor e raça"227	,
12.	Igualdade "sem distinção de idade"228	ţ
13.	Igualdade "sem distinção de trabalho"228	}
14 .	Igualdade "sem distinção de credo religioso"	ı
15.	Igualdade "sem distinção de convicções filosóficas ou políticas" 229)
16.	O princípio da não discriminação e sua tutela penal)
17.	Discriminações e inconstitucionalidade)
	•	
	Capítulo IV	
	Direito de Liberdade	
ī.	O PROBLEMA DA LIBERDADE	
	Liberdade e necessidade	Ł
	Liberdade interna e liberdade externa	
	Conteúdo histórico da liberdade	
	O problema da conceituação	
5.	Liberdade e liberação	
6.	Liberdade e democracia	
υ.	LIVERMANC & UCHIOCIACIA AMARAMANIANA LOS	
11	LIBERDADE E LIBERDADES	
11.	DIVERDITO E DIVERDINATION	

III.	LIBERDADE DA PESSOA FÍSICA	
	Noção e formas	239
10.	Liberdade de locomoção	240
11.	Liberdade de circulação	242
	A segurança pessoal — Remissão	
IV.	LIBERDADE DE PENSAMENTO	
13.	Conceito e formas de expressão	244
14.	Liberdade de opinião	244
	14.1 Escusa de consciência	245
	14.2 Formas de expressão	246
15.	Liberdade de comunicação	
	15.1 Noção e princípios	246
	15.2 Liberdade de manifestação do pensamento	247
	15.3 Liberdade de informação em geral	248
	15.4 Liberdade de informação jornalística	249
	15.5 Meios de comunicação	
16.	Liberdade religiosa	251
17.	Liberdade de expressão intelectual, artística e científica e direitos	
	conexos	256
18.	Liberdade de expressão cultural	258
	Liberdade de transmissão e recepção do conhecimento	
	^ ·	
	LIBERDADE DE AÇÃO PROFISSIONAL	
20.	Liberdade de escolha profissional: conceito e natureza	259
	Acessibilidade à função pública	
22.	Regras de contenção	261
171	OC DIBETTOC COLETINOS	
	OS DIREITOS COLETIVOS	2/1
23.	Direitos coletivos e liberdade de expressão coletiva	201
24.	Direito à informação	262
25.	Direito de representação coletiva	203
20.	Direito de participação	204
	Direito dos consumidores	
	Liberdade de reunião	
29.	Liberdade de associação	269
VII	REGIME DAS LIBERDADES	
	Técnica de proteção das liberdades	271
21	Eficácia das normas constitucionais sobre as liberdades	271
32.	Sistemas de restrições das liberdades individuais	272
34.	Sistemas de l'estrições das aperdades murviduais	. 212
	Capítulo V	
	Direito de Propriedade	
I.	DIREITO DE PROPRIEDADE EM GERAL	
1.	Fundamento constitucional	273
2.	Conceito e natureza	274
3.	Regime jurídico da propriedade privada	275
4.	Propriedade e propriedades	277
	Propriedade pública	

	PROPRIEDADES ESPECIAIS	
6.	Considerações gerais	278
7.	Propriedade autoral	278
8.	Propriedade de inventos, de marcas e indústrias e de nome de	
	empresas	280
9.	Propriedade-bem de família	281
	-	
II.	LIMITAÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE	
l0.	Conceito e classificação	282
11.	Restrições	282
2.	Servidões e utilização de propriedade alheia	283
١3.	Desapropriação	284
** *	ELDIGIO COCLAT DA DROBBLEDADE	
IV.	FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE	204
	Questão de ordem	
	Conceito e natureza	
16.	Função social e transformação do regime de propriedade	286
	Thulo III	
	DIREITOS SOCIAIS	
	Capítulo I	
	Fundamentos Constitucionais dos Direitos Sociais	
1.	Ordem social e direitos sociais	288
2.	Direitos sociais e direitos econômicos	289
3.	Conceito de direitos sociais	289
4.	Classificação dos direitos sociais	29 0
	Capítulo II	
	Direitos Sociais Relativos aos Trabalhadores	
` r	QUESTÃO DE ORDEM	
	Espécies de direitos relativos aos trabalhadores	201
1.	Especies de direitos relativos aos trabalitadores	271
ΙI	DIREITOS DOS TRABALHADORES	
	Destinatários	291
	Direitos reconhecidos	
	Direito ao trabalho e garantia do emprego	
5	Direitos sobre as condições de trabalho	295
	Direitos relativos ao salário	
	Direitos relativos ao repouso e à inatividade do trabalhador	
	Proteção dos trabalhadores	
	Direitos relativos aos dependentes do trabalhador	
10 10	Participação nos lucros e co-gestão	201°
ıU.	I articipação 1103 tuctos e co-gestão	
III.	DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES	
11.	Caracterização	303
12.	Liberdade de associação ou sindical	
	12.1 Associação e sindicato	304
	12.2 Liberdade e autonomia sindical	304
	12.3 Participação nas negociações coletivas de trabalho	

12.4 Contribuição sindical 306 12.5 Pluralidade e unicidade sindical 306 13. Direito de greve 307 14. Direito de substituição processual 308 15. Direito de participação laboral 309 16. Direito de representação na empresa 309 Capítulo III		
Direitos Sociais do Homem Consumidor		
I. DIREITOS SOCIAIS RELATIVOS À SEGURIDADE 1. Considerações gerais 310 2. Seguridade social 310 3. Direito à saúde 311 4. Direito à previdência social 313 5. Direito à assistência social 313		
II. DIREITOS SOCIAIS RELATIVOS À EDUCAÇÃO E À CULTURA 6. Significação constitucional		
III. DIREITO SOCIAS RELATIVOS À MORADIA 10. Fundamento consitucional 317 11. Significação e conteúdo 317 12. Condição de eficácia 318		
IV. DIREITO AMBIENTAL 318 13. Direito ao lazer		
 V. DIREITOS SOCIAIS DA CRIANÇA E DOS IDOSOS 15. Proteção à maternidade e à infância		
Título IV DIREITO DE NACIONALIDADE		
Capítulo I Teo r ia do Direito de Nacionalidade		
1. Conceito de nacionalidade 321 2. Natureza do direito de nacionalidade 322 3. Nacionalidade primária e nacionalidade secundária 323 4. Modos de aquisição da nacionalidade 323 5. O polipátrida e o "heimatlos" 324		
Capítulo II Direito de Nacionalidade Brasileira		

3. Os brasileiros natos 329
4. Os brasileiros naturalizados 333

5.	Condição jurídica do brasileiro nato
6.	Condição jurídica do brasileiro naturalizado
7.	Perda da nacionalidade brasileira
8.	Reaquisição da nacionalidade brasileira
	Capítulo III
	Condição Jurídica do Estrangeiro no Brasil
	Conuição juntaica ao Estrangeiro no Brasil
1.	O estrangeiro338
2.	Especial condição jurídica dos portugueses no Brasil
3.	Locomoção no território nacional
4.	Aquisição e gozo dos direitos civis341
	Gozo dos direitos individuais e sociais
	Não aquisição de direitos políticos
7	Asilo político
R	Asilo político
9	Expulsão
10	Deportação
10.	Depot uçu unigaminin in
	TíruLoV
	DIREITO DE CIDADANIA
	Capítulo I
	Dos Direitos Políticos
. 1	Conceito e abrangência
ı.	Direitos políticos, nacionalidade e cidadania
	Modalidades de direitos políticos
4.	Aquisição da cidadania
	Capítulo II
	Dos Direitos Políticos Positivos
I.	CONCEITO E INSTITUIÇÕES
	Conceito
2.	Instituições
II.	DIREITO DE SUFRÁGIO
	Conceito e funções do sufrágio
	Formas de sufrágio
5.	Natureza do sufrágio
6.	Titulares do direito de sufrágio
7.	Capacidade eleitoral ativa
8.	Exercício do sufrágio: o voto
	Natureza do voto
	Caracteres do voto
11.	
12.	O corpo eleitoral

	SISTEMAS ELEITORAIS	
15.	As eleições	1
16.	Reeleição	2
	O sistema majoritário	
	O sistema proporcional	
	O sistema misto	9
	PROCEDIMENTO ELEITORAL	
20.	Noção e fases	1
21.	Apresentação das candidaturas38	1
	O escrutínio	
23.	O contencioso eleitoral38	2
	Capítulo III	
	Dos Direitos Políticos Negativos	
ī	SIGNIFICADO	
	Conceito	4
	Conteúdo 38	
3	Interpretação	5
J.	Interpretação	0
$\setminus H$.	PRIVAÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS	
	Modos de privação dos direitos políticos38	5
5.	Perda dos direitos políticos	6
6.	Suspensão dos direitos políticos	7
/7.	Competência para decidir sobre perda e suspensão	
,	de direitos políticos	9
	REAQUISIÇÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS	
8.	Condições de reaquisição dos direitos políticos	9
9.	Reaquisição dos direitos políticos perdidos39	0
10.	Reaquisição dos direitos políticos suspensos	0
	INELEGIBILIDADES	_
11.	Conceito de inelegibilidade	1
12.	Objeto e fundamentos das inelegibilidades39	1
13.	Eficácia das normas sobre inelegibilidades	2
	Inelegibilidades absolutas e relativas	
15.	Desincompatibilização	5
	Capítulo IV	
	Dos Partidos Políticos	
I	IDÉIA DE PARTIDO POLÍTICO	
1	Noção de partido político39	7
ż.	Origem e evolução dos partidos	8
3	Sistemas partidários	õ
	Institucionalização jurídico-constitucional dos partidos. Controles 40	
5	Função dos partidos e partido de oposição	4
	Natureza jurídica dos partidos	
	*	,
II.	PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA	

9.	Condicionamentos à liberdade partidária
12. 13.	PARTIDOS E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA Partidos e elegibilidade
	Título VI GARANTIAS CONSTITUCIONAIS
	Capítulo I Direitos e suas Garantias
2. 3.	Garantias dos direitos
	Capítulo II Garantias Constitucionais Individuais
1.	BASES CONSTITUCIONAIS Conceito
3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12.	PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO JUDICIÁRIA
13. 14.	Fundamento 433 Monopólio judiciário do controle jurisdicional 434 Direito de ação e de defesa 434 Direito ao devido processo legal 434
17. 18. 19.	ESTABILIDADE DOS DIREITOS SUBJETIVOS Segurança das relações jurídicas

V. D	IREITO À SEGURANÇA	
21.	Considerações gerais	39
22.		39
23.	Segurança das comunicações pessoais4	40
24.	Segurança em matéria penal	41
25.	Segurança em matéria tributária	43
VI	REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS	
	Remédios, ações e garantias4	44
	Direito de petição	
28.	Direito a certidões	46
29.	"Habeas corpus" //	47
30.	Direito a certidões 4 "Habeas corpus" 4 Mandado de segurança individual 4	48
31.	Mandado de injunção	50
32.	"Habeas data"	55
	Capítulo III Garantias dos Direitos Coletivos, Sociais e Políticos	
	Garantias aos Difetios Coletivos, sociais e i officos	
	GENERALIDADES	
1.	Colocação do tema4	60
	GARANTIAS DOS DIREITOS COLETIVOS	
11.	GARANTIAS DOS DIREITOS COLETIVOS	20
- 2.	Esclarecimentos prévios	160
- 3. 4	Mandado de segurança coletivo	163
. 4 . . 5.	Mandado de injunção coletivo	16.4
. Э.	Ação popular4	104
	GARANTIAS DOS DIREITOS SOCIAIS	
6.	Normatividade dos direitos sociais4	ŀ67
7.	Tutela jurisdicional dos hipossuficientes4	ŀ67
8.	Sindicalização e direito de greve4	ŀ67
9.	Decisões judiciais normativas4	l 68
10.	Garantias de outros direitos sociais4	168
117	GARANTIAS DOS DIREITOS POLÍTICOS	
	Definição do tema — Remissão	148
	Eficácia dos direitos fundamentais	
12.	Efficacia dos diferios fundamentais	107
	Terceira Parte	
	DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DOS PODERES	
	Tírulo I	
	DA ESTRUTURA BÁSICA DA FEDERAÇÃO	
	·	
	Capítulo I Das Entidades Componentes da Federação Brasileira	
	Dus Entiauues Componentes aa Feaetação Diastieita	

5. 6.	A posição dos Territórios
	Capítulo II Da Repartição de Competências
2. 3. 4. 5. 6.	O problema da repartição de competências federativas
	Capítulo III
1.	Da Intervenção nos Estados e nos Municípios AUTONOMIA E INTERVENÇÃO Autonomia e equilíbrio federativo 486 Natureza da intervenção 486
3. 4. 5. 6.	INTERVENÇÃO FEDERAL NOS ESTADOS E NO DISTRITO FEDERAL Pressupostos de fundo da intervenção. Casos e finalidades
8.	INTERVENÇÃO NOS MUNICÍPIOS Fundamento constitucional 491 Motivos para a intervenção nos Municípios 492 Competência para intervir 492
	Título II DO GOVERNO DA UNIÃO
	Capítulo I Da União como Entidade Federativa
1. 2. 3. 4. 5.	NATUREZA DA UNIÃO Significado e conceito de União
7. 8. 9.	COMPETÊNCIAS DA UNIÃO Noção e classificação

12. 13. 14. 15. 16.	Competência em matéria urbanística 501 Competência econômica 502 Competência social 502 Competência financeira e monetária 503 Competência material comum 503 Competência legislativa 504 ORGANIZAÇÃO DOS PODERES DA UNIÃO
17. 18.	Poderes da Únião
	Capítulo II Do Poder Legislativo
I.	ORGANIZAÇÃO
1.	O Congresso Nacional
2.	A Câmara dos Deputados
3.	O Senado Federal
4.	Organização interna das Casas do Congresso: Regimento Interno —
_	Mesa — Comissões — Polícia — Serviços Administrativos
5.	Comissão representativa
H.	FUNCIONAMENTO E ATRIBUIÇÕES
	Funcionamento do Congresso Nacional: Legislatura
	— Sessões Legislativas — Reuniões — Quorum para deliberações 519
7.	Atribuições do Congresso Nacional
8.	Atribuições privativas da Câmara dos Deputados523
9.	Atribuições privativas do Senado Federal
10.	Convocação e comparecimento de Ministros
III.	PROCESSO LEGISLATIVO
11.	Conceito e objeto
12.	Atos do processo legislativo: Iniciativa legislativa — Emendas —
	Votação — Sanção e veto — Promulgação e publicação da lei
	— Procedimento legislativo sumário — Procedimentos legislativos
	especiais531
IV.	ESTATUTO DOS CONGRESSISTAS
	Conteúdo
15.	Prerrogativas: Inviolabilidade — Imunidade — Privilégio de foro —
	Isenção do serviço militar
	Direitos: subsídio
17.	Incompatibilidades
18.	Perda do mandato: Cassação — Extinção
Capítulo III Do Poder Executivo	
1	Noção e formas
	Chefe de Estado e Chefe de Governo
3.	Eleição e mandato do Presidente da República
	±

	Subsídios	
6.	Perda do mandato do Presidente e do Vice	547
7.	Atribuições do Presidente da República	548
8.	Classificação das atribuições do Presidente da República	549
9.	Responsabilidade do Presidente da República	550
	Capítulo IV	
	Do Poder Judiciário	
,	HIDIODIC TO	
1.	JURISDIÇÃO	
1.	A função jurisdicional	553
2.	Jurisdição e legislação	554
	Jurisdição e administração	
4.	Órgãos da função jurisdicional	555
77	CLIDDENA TRIBLINAL PEREDAL	
	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
5.	Jurisdição constitucional, guarda da Constituição	
_	e Corte Constitucional	557
	Composição do STF	
	Competência	
8.	Descumprimento de preceito constitucional fundamental	561
ш	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
Ω.	Composição	540
10	Competência	562
10.	Conselho da Justiça Federal	503
11.	Consenio da justiça rederai	304
IV.	JUSTIÇA FEDERAL	
12.	Seus órgãos	565
13.	Tribunais Regionais Federais: Composição — Competência	565
14	Juízes Federais: Organização da justica federal de primeira instância	000
	— Competência — Foro das causas de interesse da União	567
	-	00,
V.	JUSTIÇA DO TRABALHO	
15.	Organização	568
16.	Competência	570
17.	Recorribilidade das decisões do TST	571
177	JUSTIÇA ELEITORAL	
10	Organização e competência	571
10.	Describilidada de accesadaciones	27 I
19.	Recorribilidade de suas decisões	3/2
VII.	JUSTIÇA MILITAR	
20.	Composição	573
	Competência	
	1	
VIII.	JUIZADOS ESPECIAIS E DE PAZ	
22.	Juizados especiais	574
23.	Justiça de paz	574

IX.	ESTATUTO DA MAGISTRATURA E GARANTIAS CONSTITUCION DO PODER IUDICIÁRIO	AIS
24	Princípios estatutários da magistratura	E74
27.	Espécies de garantias do Judiciário	579
20.	Especies de garannas do judiciano	5/6
	Garantias institucionais do Judiciário	
27.	Garantias funcionais do Judiciário	579
	Capítulo V	
	Das Funções Éssenciais à Justiça	
I.	FUNCIONAMENTO DA JUSTIÇA	
1.	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	581
	Carreiras jurídicas e isonomia concreta	582
	ADVOGADO	JO2
2	Uma profissão	592
J.	O advogado e a administração da justiça	502
4.	Inviolabilidade	503
5.	inviolabilidade	584
III.	O MINISTÉRIO PÚBLICO	
6	Natureza e princípios institucionais	584
7	Estrutura orgânica	585
ζ.	Garantias	500 E00
	Funções institucionais	
9.	runções institucionais	207
IV.	A ADVOCACIA PÚBLICA	
10.	Advocacia-Geral da União	589
	Representação das unidades federadas — Remissão	
	Defensorias Públicas e a defesa dos necessitados	
	E LI	0,0
	777	
	Título III DOS ESTADOS, DOS MUNICÍPIOS E DO DISTRITO FEDERAL	
	DOS ESTADOS, DOS MUNICIPIOS E DO DISTRITO FEDERAL	
	Capítulo I	
	Dos Estados Federados	
I.	FORMAÇÃO CONSTITUCIONAL DOS ESTADOS	
1.	Autonomia dos Estados	592
2.	Auto-organização e Poder Constituinte Estadual	593
3.	Formas de expressão do Constituinte Estadual	594
4.	Limites do Poder Constituinte dos Estados	595
5.	Princípios constitucionais sensíveis	596
6	Princípios constitucionais estabelecidos	597
7	Interpretação dos princípios limitadores da capacidade organizadora	0,,
• •	dos Estados	
	COMPETÊNCIAS ESTADUAIS	
8.	Questão de ordem	601
9.	Competências reservadas aos Estados	602
10.	Competências vedadas aos Estados	602
11.	Competência exclusiva especificada	603
12.	Competências estaduais comuns e concorrentes	603

13. Competências estaduais materiais: Econômicas — Sociais

14.	- Administrativas - Financeiras		
III. 15. 16. 17. 18. 19. IV. 20.	ORGANIZAÇÃO DOS GOVERNOS ESTADUAIS Esquema constitucional 606 Poder Legislativo estadual 611 Poder Judiciário estadual 615 Funções essenciais à Justiça estadual 617 CONTEÚDO DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL Considerações gerais 619		
	Elementos limitativos		
22.	Elementos orgânicos		
	Elementos sócio-ideológicos		
24.	Conclusão621		
	Capítulo II Dos Municípios		
1.	REPOSIÇÃO DO MUNICÍPIO NA FEDERAÇÃO Fundamentos constitucionais		
3. 4.	AUTONOMIA MUNICIPAL Base constitucional da autonomia municipal 623 Capacidade de auto-organização municipal 625 Lei Orgânica própria 625 Competências municipais 626		
III.	GOVERNO MUNICIPAL		
7.	Poderes municipais		
8.	Poder Executivo municipal		
	Poder Legislativo municipal		
10.	Subsídio de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores		
	Capítulo III Do Distrito Federal		
I.	PRINCÍPIOS ORGANIZACIONAIS		
	Natureza		
	Autonomia		
3.			
	Competências		
	•		
	GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL		
	Poder Legislativo		
6.	Poder Executivo		

Título IV DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Capítulo I Estruturas Básicas da Administração Pública

Estruturas Básicas da Administração Pública		
1. 2.	ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA Noção de Administração	
II.	ÓRGÃOS SUPERIORES DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL	
4.	Natureza e posição	
	Os Ministros no parlamentarismo e no presidencialismo	
	Atribuições dos Ministros	
	Condições de investidura no cargo642	
	Responsabilidade dos Ministros	
	Juízo competente para processar e julgar os Ministros643	
10.	Os Ministérios	
	CONSELHOS	
	Generalidades	
	Conselho da República644	
	Conselho de Defesa Nacional	
14.	Conselho de Comunicação Social	
	ÓRGÃOS SUPERIORES ESTADUAIS E MUNICIPAIS	
	Organização administrativa de Estados e Municípios646	
	Secretários de Estado646	
17.	Órgãos superiores municipais	
	REGIÕES	
	Regiões e microrregiões647	
	Organismos regionais	
20.	Regionalização orçamentária	
21.	Regiões metropolitanas	
Capítulo II		
Dos Princípios Constitucionais da Administração Pública		
_		
	Colocação do tema	
	Princípios da legalidade e da finalidade651	
3.	Princípio da impessoalidade	

7.	Princípio da licitação pública656	,
	Princípio da prescritibilidade dos ilícitos administrativos657	
	Princípio da responsabilidade civil da Administração657	
	Princípio da participação659	
11.	Princípio da autonomia gerencial)
	Capítulo III	
	Dos Servidores Públicos	
I.	AGENTES ADMINISTRATIVOS	
1.	Agentes públicos e administrativos661	l
	Acessibilidade à função administrativa662	
	Investidura em cargo ou emprego663	
	Contratação de pessoal temporário665	
	Sistema remuneratório dos agentes públicos	
	Acréscimos pecuniários e regras de sua singeleza	
	Isonomia, paridade, vinculação e equiparação de vencimentos 670	
	Vedação de acumulações remuneradas	
	Servidor investido em mandato eletivo	
II.	SERVIDORES PÚBLICOS	
10.	Execução de serviços na Federação e organização do funcionalismo 674	Į.
	Aposentadoria, pensão e seus proventos	
	Efetividade e estabilidade	
	Vitaliciedade	
	Sindicalização e greve de servidores públicos	
15.	Direitos trabalhistas extensivos aos servidores	3
III.	DOS MILITARES	
	Conceito	
	Direitos e garantias constitucionais dos servidores militares	
18.	Direitos trabalhistas extensivos aos servidores militares	7
	Título V	
В	ASES CONSTITUCIONAIS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	
	Capítulo I Do Sistema Tributário Nacional	
	DISPOSIÇÕES GERAIS DA TRIBUTAÇÃO	
	Questão de ordem	
	Componentes	
	Empréstimo compulsório	
	Contribuições sociais	
	Normas de prevenção de conflitos tributários	
6.	Elementos do sistema tributário nacional	2

	LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR	
7.	Poder de tributar e suas limitações	593
8.	Princípios constitucionais da tributação e sua classificação	593
***	DICODINANTA CÃO CONCETENCIONAL DAC DENDAC EDIDITE ÁDIAC	
	DISCRIMINAÇÃO CONSTITUCIONAL DAS RENDAS TRIBUTÁRIAS	700
	Natureza e conceito	
10.	Sistema discriminatorio prasileiro	/01
IV T	DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS POR FONTES	
	Atribuição constitucional de competência tributária	702
	Competência tributária da União	
	Competência tributária dos Estados	
	Competência tributária dos Municípios	
	•	
	DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS PELO PRODUTO	
15.	Repartição de receitas e federalismo cooperativo	708
	Técnicas de repartição da receita tributária	
17.	Normas de controle e disciplina da repartição de receita tributária	711
	-	
	Capítulo II	
	Das Finanças Públicas e do Sistema Orçamentário	
I.	NORMAS SOBRE FINANÇAS PÚBLICAS	
	Colocação do tema	712
	Disciplina das instituições financeiras	
	Função do Banco Central	
	ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS	
	Instrumentos normativos do sistema orçamentário	
5.	Orçamento-programa	715
III.	PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS	
	Conteúdo dos orçamentos	716
	Formulação dos princípios orçamentários	
	O princípio da exclusividade	
	O princípio da programação	
	O princípio do equilíbrio orçamentário	
	O princípio da anualidade	
	O princípio da unidade	
	O princípio da universalidade	
	O princípio da legalidade	
	Princípios da não-vinculação e da quantificação dos créditos	
	orçamentários	723
	•	
	ELABORAÇÃO DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS	
16.	Leis orçamentárias	724

10.	Rejeição do projeto de orçamento anual e suas consequências	72 5
	Capítulo III	
	Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária	
	Da a tooming to on the total of	
I.	FISCALIZAÇÃO E SISTEMAS DE CONTROLE	
1.	A função de fiscalização	
2.	Formas de controle	728
3.	O sistema de controle interno	729
4.	O sistema de controle externo	730
II.	TRIBUNAIS DE CONTAS	
	Instituição do Tribunal de Contas da União	
	Organização e atribuições do Tribunal de Contas da União	
	Participação popular	
8.	Tribunais de Contas estaduais e municipais	734
	Natureza do controle externo e do Tribunal de Contas	
10.	Prestação de contas	737
	Tírulo VI	
D	A DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	5
	•	-
	Capítulo I	
	Do Estado de Defesa no Estado de Sítio	
I.	SISTEMA CONSTITUCIONAL DAS CRISES	
		738
1.	Defesa do Estado e compromissos democráticos	
1. 2.		739
1. 2. 3.	Defesa do Estado e compromissos democráticos	739
1. 2. 3. II.	Defesa do Estado e compromissos democráticos Defesa das instituições democráticas Tipos de estados de exceção vigentes ESTADO DE DEFESA	739 741
1. 2. 3. II. 4.	Defesa do Estado e compromissos democráticos Defesa das instituições democráticas Tipos de estados de exceção vigentes ESTADO DE DEFESA Defesa do Estado e estado de defesa	739 741 741
1. 2. 3. II. 4. 5.	Defesa do Estado e compromissos democráticos Defesa das instituições democráticas Tipos de estados de exceção vigentes ESTADO DE DEFESA Defesa do Estado e estado de defesa Pressupostos e objetivo	739 741 741 742
1. 2. 3. II. 4. 5. 6.	Defesa do Estado e compromissos democráticos Defesa das instituições democráticas Tipos de estados de exceção vigentes ESTADO DE DEFESA Defesa do Estado e estado de defesa Pressupostos e objetivo Efeitos e execução do estado de defesa	739 741 741 742 743
1. 2. 3. II. 4. 5. 6.	Defesa do Estado e compromissos democráticos Defesa das instituições democráticas Tipos de estados de exceção vigentes ESTADO DE DEFESA Defesa do Estado e estado de defesa Pressupostos e objetivo	739 741 741 742 743
1. 2. 3. II. 4. 5. 6. 7.	Defesa do Estado e compromissos democráticos Defesa das instituições democráticas Tipos de estados de exceção vigentes ESTADO DE DEFESA Defesa do Estado e estado de defesa Pressupostos e objetivo Efeitos e execução do estado de defesa Controles	739 741 741 742 743
1. 2. 3. II. 4. 5. 6. 7.	Defesa do Estado e compromissos democráticos Defesa das instituições democráticas Tipos de estados de exceção vigentes ESTADO DE DEFESA Defesa do Estado e estado de defesa Pressupostos e objetivo Efeitos e execução do estado de defesa Controles	739 741 741 742 743 743
1. 2. 3. II. 4. 5. 6. 7. III. 8.	Defesa do Estado e compromissos democráticos Defesa das instituições democráticas Tipos de estados de exceção vigentes ESTADO DE DEFESA Defesa do Estado e estado de defesa Pressupostos e objetivo Efeitos e execução do estado de defesa Controles ESTADO DE SÍTIO Pressupostos, objetivos e conceito	739 741 741 742 743 743
1. 2. 3. II. 4. 5. 6. 7. III. 8. 9.	Defesa do Estado e compromissos democráticos Defesa das instituições democráticas Tipos de estados de exceção vigentes ESTADO DE DEFESA Defesa do Estado e estado de defesa Pressupostos e objetivo Efeitos e execução do estado de defesa Controles ESTADO DE SÍTIO Pressupostos, objetivos e conceito Efeitos do estado de sítio	739 741 741 742 743 743 744 746
1. 2. 3. II. 4. 5. 6. 7. III. 8. 9.	Defesa do Estado e compromissos democráticos Defesa das instituições democráticas Tipos de estados de exceção vigentes ESTADO DE DEFESA Defesa do Estado e estado de defesa Pressupostos e objetivo Efeitos e execução do estado de defesa Controles ESTADO DE SÍTIO Pressupostos, objetivos e conceito	739 741 741 742 743 743 744 746
1. 2. 3. II. 4. 5. 6. 7. III. 8. 9.	Defesa do Estado e compromissos democráticos Defesa das instituições democráticas Tipos de estados de exceção vigentes ESTADO DE DEFESA Defesa do Estado e estado de defesa Pressupostos e objetivo Efeitos e execução do estado de defesa Controles ESTADO DE SÍTIO Pressupostos, objetivos e conceito Efeitos do estado de sítio Controles do estado de sítio Capítulo II	739 741 741 742 743 743 744 746
1. 2. 3. II. 4. 5. 6. 7. III. 8. 9.	Defesa do Estado e compromissos democráticos Defesa das instituições democráticas Tipos de estados de exceção vigentes ESTADO DE DEFESA Defesa do Estado e estado de defesa Pressupostos e objetivo Efeitos e execução do estado de defesa Controles ESTADO DE SÍTIO Pressupostos, objetivos e conceito Efeitos do estado de sítio Controles do estado de sítio	739 741 741 742 743 743 744 746
1. 2. 3. II. 4. 5. 6. 7. III. 8. 9.	Defesa do Estado e compromissos democráticos Defesa das instituições democráticas Tipos de estados de exceção vigentes ESTADO DE DEFESA Defesa do Estado e estado de defesa Pressupostos e objetivo Efeitos e execução do estado de defesa Controles ESTADO DE SÍTIO Pressupostos, objetivos e conceito Efeitos do estado de sítio Controles do estado de sítio Capítulo II Das Forças Armadas	739 741 741 742 743 743 744 744 747
1. 2. 3. II. 4. 5. 6. 7. III. 8. 9. 10.	Defesa do Estado e compromissos democráticos Defesa das instituições democráticas Tipos de estados de exceção vigentes ESTADO DE DEFESA Defesa do Estado e estado de defesa Pressupostos e objetivo Efeitos e execução do estado de defesa Controles ESTADO DE SÍTIO Pressupostos, objetivos e conceito Efeitos do estado de sítio Controles do estado de sítio Capítulo II Das Forças Armadas Destinação constitucional	739 741 741 742 743 743 744 746 747
1. 2. 3. II. 4. 5. 6. 7. III. 8. 9. 10.	Defesa do Estado e compromissos democráticos Defesa das instituições democráticas Tipos de estados de exceção vigentes ESTADO DE DEFESA Defesa do Estado e estado de defesa Pressupostos e objetivo Efeitos e execução do estado de defesa Controles ESTADO DE SÍTIO Pressupostos, objetivos e conceito Efeitos do estado de sítio Controles do estado de sítio Capítulo II Das Forças Armadas	739 741 741 742 743 743 744 746 747

5. Fixação e modificação dos efetivos das Forças Armadas	752
6. A obrigação militar	752
7. Organização militar e seus servidores	
Capítulo III	
Da Segurança Pública	
1. Polícia e segurança pública	755
2. Organização da segurança pública	757
3. Polícias federais	
4. Polícias estaduais	
5. Guardas municipais	759
Quarta Parte	
DA ORDEM ECONÔMICA E DA ORDEM SOCIAI	
Τήτυιο Ι	
DA ORDEM ECONÔMICA	
Capítulo I	
Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica	
I. BASES CONSTITUCIONAIS DA ORDEM ECONÔMICA	
Questão de ordem	763
Constitucionalização da ordem econômica	
Elementos sócio-ideológicos	
4. Fundamento e natureza da ordem econômica instituída	
5. Fim da ordem econômica	
II. CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA E SEUS PRINCÍPIOS	
6. Idéia de constituição econômica	
7. Princípios da constituição econômica formal	
8. Soberania nacional econômica	
9. Liberdade de iniciativa econômica	
10. Livre concorrência e abuso do poder econômico	
11. Princípios de integração	
12. Empresa brasileira e capital estrangeiro	775
III. ATUAÇÃO ESTATAL NO DOMÍNIO ECONÔMICO	
13. Capitalismo, socialismo e estatismo	777
14. Serviço público e atividade econômica estatal	
15. Modos de atuação do Estado na economia	
16. Exploração estatal de atividade econômica	782
17. Monopólios	783
18. Intervenção no domínio econômico	
19. Planejamento econômico	786

Capítulo II Das Propriedades na Ordem Econômica

	Função social da empresa e condicionamento à livre iniciativa791
	Propriedade de interesse público
5.	Propriedade do solo, do subsolo e de recursos naturais
6.	Propriedade de embarcações nacionais794
7.	Política urbana e propriedade urbana794
8.	Propriedade rural e reforma agrária797
	Capítulo III
	Do Sistema Financeiro Nacional
1.	Generalidades802
2.	Fundamento legal e objetivos do sistema financeiro nacional 802
	Instituições do sistema financeiro
	Funcionamento das instituições do sistema financeiro803
	Regionalização financeira804
6.	Tabelamento dos juros e crime de usura805
	Tírulo II
	DA ORDEM SOCIAL
	Capítulo I
	Introdução à Ordem Social
1.	Considerações gerais806
	Base e objetivo da ordem social806
3.	Conteúdo e princípios da ordem social806
	Capítulo II
	Da Seguridade Social
1.	Conteúdo, princípios e financiamentos da seguridade social808
	Saúde 808
	Previdência social
4.	Assistência social
	Capítulo III
	Da Ordem Constitucional da Cultura
1.	Questão de ordem
2.	Educação
3.	Princípios básicos do ensino
4.	Autonomia universitária

 5. Ensino público
 815

 6. Ensino pago e ensino gratuito
 816

7.	Cultura e direitos culturais
8.	Desporto
9.	Ciência e tecnologia
	Comunicação social
11.	Meio ambiente
	Capítulo IV
	Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso
1.	A família
2.	Tutela da criança e do adolescente
3.	Tutela dos idosos
	Capítulo V
	Dos índios
1.	Fundamentos constitucionais dos direitos indígenas826
2.	Organização social dos índios: comunidade, etnia e nação
3.	Direitos sobre as terras indígenas
4.	Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios830
5.	O indigenato831
6.	Posse permanente
7.	Usufruto exclusivo
8.	Mineração em terras indígenas
9.	Demarcação das terras indígenas
10.	Defesa dos direitos e interesses dos índios
	Quinta Parte
	CONCLUSÃO GERAL
Caníti	ılo Único839
	OGRAFIA
I IN 11 11/	TH AT HARBITIC TERRIMISSIVET 865